

Comissão Mista começa a analisar relatório sobre diretrizes orçamentárias

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, às 10 horas, para apreciar o relatório do deputado Messias Góis (PFL-SE) ao projeto do Executivo que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Góis apresentou no início da noite de ontem um substitutivo à comissão, no qual acatou mais de 600 emendas, do montante de cerca de 1,2 apresentadas ao projeto.

O relator se recusou a dar qualquer informação sobre o substitutivo, que elevou de 45 para 53 o número de artigos. A primeira alteração verificada foi a exclusão de um dispositivo que, no projeto original, impedia a destinação de recursos da União para transferências voluntárias para estados e municípios. O texto original ressalva apenas as transferências relativas aos setores de saúde, educação e assistência social. Isso acaba com o contingenciamento que o governo havia feito, possibilitando a abertura das torneiras nessa área.

Outras partes foram excluídas do texto original. Por exemplo: Góis deixou de fora o dispositivo que determinava a explicitação na mensagem por meio da qual o presidente da República encaminhará ao Congresso o projeto de lei do orçamento, do objetivo de obtenção de superávit operacional, no âmbito das contas públicas nacionais, equivalente a 0,5% do PIB.

Das mais de seiscentas emendas que acatou, cem

delas entraram na íntegra. As demais foram acatadas parcialmente. Na comissão, o parecer precisará de 61 votos para ser aprovado, ou seja, 50% mais um voto dos 120 membros. A LDO necessitará de 252 votos na Câmara e 41 no Senado para ser aprovada. Se a comissão aprovar hoje o relatório, a matéria poderá entrar amanhã mesmo na pauta do Congresso.

Há, no entanto, um problema. Na semana passada, o líder do PT, deputado José Genoíno (SP), anunciou que vai obstruir a LDO caso não sejam incluídos em pauta os projetos que tratam da política salarial e do salário mínimo (ver matéria ao lado). Ontem, o líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA), ameaçou engrossar esse coro, conforme relato da repórter Maria Cristina Fernandes. Se a LDO não for votada até domingo, o Congresso não poderá entrar em recesso já no dia 1º de julho, como desejam os parlamentares.

INCLUSÕES

No parecer que entregou ontem à Comissão de Orçamento, Góis não fez apenas alterações retirando dispositivos do projeto original. Foram também incluídos nas despesas relativas a custeio administrativo e operacional vários pontos novos. O relator manteve o limite máximo de 90% do valor dos créditos orçamentários correspondentes ao exercício de 1990. Excluiu, porém, as despesas com pessoal e encargos sociais, ao contrário do texto original.